

Daniela Carolina Perutti

EM CADA CASA, UMA CARTA: políticas públicas e modos de habitar no quilombo Família Magalhães (GO)¹

RESUMO

Este artigo discute a incidência local de políticas públicas relativas a ou aplicadas sobre casas, bem como os efeitos de sua implementação, tendo em vista sentidos específicos que lhe são dados. A partir de três relatos de equívocos ocorridos entre agentes do governo, antropóloga e quilombolas de Família Magalhães (GO) é explicitado de que modo essas políticas estatais se articulam ou se afastam de um modo de ser em particular, chamado de 'amigueiro'. São pensados os seus efeitos nas relações entre casas, na fixação de locais de moradia e modos de habitar e se territorializar, e como os Magalhães a elas reagem, valorizando certo choque de entendimentos. Nos casos analisados, as dinâmicas governamentais de construção de casas e a execução de políticas públicas sobre unidades domésticas implicam a realização de estratégias, rearranjos e adaptações, por parte de Família Magalhães, em especial das mães, para

¹ Este artigo é uma reformulação de pequena parte de minha tese de doutorado intitulada: "Tecer amizade, habitar o deserto: uma etnografia do quilombo Família Magalhães" (PERUTTI, 2015). Agradeço à professora Dra. Ana Claudia Duarte Rocha Marques, que orientou a pesquisa, e aos professores Drs. Marcos Otávio Bezerra (PPGS-UFF), Emília Pietrafesa de Godoi (PPGAS-Unicamp), Fernanda Arêas Peixoto (PPGAS-USP) e John Cowart Dawsey (PPGAS-USP), pela leitura generosa dos resultados desta pesquisa. Agradeço à Íris Morais Araújo pela leitura cuidadosa de uma versão preliminar deste artigo. Também agradeço à Fapesp (projeto regular n. 2016/19755-0) e ao PPGS-UFF (por meio da bolsa de pós-doutorado PNPd-Capes) pelo suporte necessário para a produção deste artigo.

a manutenção de seu modo de ser.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades quilombolas; Goiás; casa; políticas públicas; mães.

ABSTRACT

This article addresses the incidence of local public housing policies as well as the effects of their implementation, keeping in mind the specific meanings given to them. The reports of three instances of misunderstanding between government agents, the anthropologist and *quilombolas* from Família Magalhães (Goiás, Brazil) show how those public policies agree with and deviate from a particular way of being, called 'amigueiro'. The effects of those public policies are analysed according to the relations between houses, the establishment of housing places, the ways of territorialization and the Magalhães' reaction to them. In the cases under consideration, the dynamics of public policies concerning house building and domestic units entail strategies and rearrangements by Família Magalhães, especially mothers, to preserve their way of being.

KEYWORDS: Maroon communities; Goiás; house; public policies; mothers.

Neste artigo, tenho como objetivo discutir a incidência local de políticas públicas relativas a ou aplicadas sobre casas, bem como os efeitos de sua implementação tendo em vista sentidos específicos que lhe são dados. A partir de três relatos de equivocções ocorridas entre agentes do governo, antropóloga e quilombolas de Família Magalhães (GO) – com quem realizei minha pesquisa de doutorado – pretendo explicitar de que modo essas políticas estatais se articulam ou se afastam de um modo de ser nominado como amigueiro. Pretendo refletir sobre os seus efeitos nas relações entre casas, fixação de locais de moradia e modos de habitar e se territorializar, e como os Magalhães a elas reagem, tendo em vista certo choque de entendimentos. Nos casos analisados, as dinâmicas governamentais de construção de casas ou a execução de políticas públicas sobre unidades domésticas implicam a realização de estratégias, arranjos

e adaptações, por parte de Família Magalhães, em especial, das mães, para a manutenção de seu modo de ser, articulados a ou a despeito de tais ações de governo.

Inspirada em Herzfeld, a ideia é a de explorar a “relação entre a vista de baixo e a vista de cima” (2008, p. 17) ou ainda, os efeitos de pequenos atos essencializantes operados por instâncias estatais e seus agentes sobre domínios tidos como externos a ele – tais como casa e família – na experiência cotidiana de um grupo quilombola, além das respostas, não previstas por tais agentes, dadas por eles às “casas de governo”.

Há tempos a noção de casa é assunto tratado pela antropologia. Uma literatura renovada nos últimos anos tem recusado reduzi-la a uma estrutura fixa sob a qual subjetivações e internalização de hierarquias ocorrem: além de também agirem sobre as coisas, não sendo apenas suporte para a ação, elas podem ser tratadas como móveis, flexíveis, repletas de instabilidade. Assim, para Carsten e Hugh Jones (1995), casas podem ser dotadas das mesmas qualidades de pessoas, passando pelos mesmos processos de transformação do que elas. Diversas etnografias recentes se inspiraram em tal formulação, e Guedes (2017), por exemplo, levou-a adiante ao analisar uma situação na qual casas, pessoas e cidades passariam pelos mesmos processos em um município do norte de Goiás. Alves (2015) analisou como casas fazem pessoas e famílias, com especial atenção para a agência de cozinhas e fogões a lenha na fabricação de corpos e pessoas. Já Arco Netto (2017) demonstra como, em um bairro da periferia de São Paulo, a reforma de uma casa nunca acaba, sempre um novo puxadinho pode ser construído ou desfeito, acompanhando as mudanças no grupo doméstico ao longo do tempo. Um autor de referência nas discussões sobre casa é Marcelin (1996 e 1999), para quem casas do Recôncavo Baiano são feitas e ganham sentido nas relações que estabelecem umas com as outras. A construção de uma casa seria orientada por casas construídas anteriormente, produzindo aproximações ou distanciamentos umas em relação às outras².

Não pretendo realizar aqui uma revisão bibliográfica dos trabalhos mais recentes que abordam a temática da casa, mas apenas apontar para o fato de que, tendo em vista tal conjunto de reflexões que convergem para a ideia de que casas não são estruturas fixas e isoladas, tampouco meras estruturas arquitetônicas, é necessário levar em conta as noções estáticas

² Diz o autor, sobre a noção de configuração de casas: “A casa não é somente um bem individual transmissível, uma coisa, um bem familiar, uma ideologia. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade. Ela também não é uma entidade isolada, voltada para si mesma. A casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas. Ela é pensada e vivida em inter-relação com as outras casas que participam de sua construção — no sentido simbólico e concreto. Ela faz parte de uma configuração” (MARCELIN, 1999, p. 36-37).

de casa pelas quais instâncias estatais trabalham na aplicação de políticas públicas, e como elas fazem parte dos sentidos dados à casa e aos modos de habitar de diferentes populações. Ou ainda, não se pode ignorar que “as casas de governo” participam dos modos de vida de tais populações, sempre acompanhadas por arranjos e adaptações, já que deixam a desejar.

Há uma infinidade de políticas públicas aplicadas sobre unidades familiares, que são por sua vez contabilizadas em casas. Políticas de reforma agrária, de assistência social, de habitação popular, contabilizam famílias em unidades aglutinadas em casas. Ninguém duvida que tal entendimento se afasta de noções múltiplas e mais flexíveis acerca de casa e de família em diferentes populações, e cabe aqui entender como estas lidam localmente com tais modos governamentais de contabilizar e tornar populações minoritárias visíveis. Aquino (2015), ao analisar movimentos de moradia em São Paulo, atenta para a convivência entre um modo governamental de entender família, associada à casa, razão de ser do movimento, e relações que atravessam esse sentido mais rígido, dando maior abrangência àquilo que se entende por fazer família, que ultrapassam o morar sob a mesma casa. Mantovanelli investiga a inadequação entre casas de alvenaria oferecidas pelo governo federal como forma de mitigação dos impactos da usina de Belo Monte sobre os Xikrin e o seu entendimento sobre modos de viver e de morar. A partir da crítica a tais casas, formulam suas próprias teorias sobre a família dos brancos e seu “modo incorreto de viver entre parentes” (no prelo). Já neste artigo, pretendo enfatizar, por meio de equivocções, a convivência entre aquilo que o governo entende como casa, aquilo que os Magalhães entendem que o governo entende como casa, aquilo que a antropóloga entende como governo e política pública, e os diferentes modos de habitar e de viver dos quilombolas, entre cisões intrafamiliares e relações de amizade.

A noção de equivocção elaborada por Viveiros de Castro é, em alguma medida, inspiradora para o exercício que aqui proponho. Trata-se de um conceito epistemológico referente à “disjunção comunicativa onde os interlocutores não estão falando sobre a mesma coisa” (2004, p. 9), ou ainda, são “homônimos enganosos” (VIVEIROS DE CASTRO apud BÜLL, 2014, p. 159), que explicitam mais do que diferenças estritas de significado, mas de linguagens. Ao antropólogo, cabe explorar tais homônimos, em um trabalho de “equivocção controlada”. No caso desse artigo, ainda que agentes de governo, antropóloga e quilombolas de Família Magalhães compartilhem da mesma língua, há diferentes lógicas presentes nas noções de casa, família, governo e política, tendo em vista a maneira como estão relacionadas. Explorar situações de equivocção e os ajustes delas decorrentes é estratégia para evidenciá-las.

Família Magalhães é um grupo auto identificado quilombola, cujos ancestrais, os kalungas, ou kalungueiros, foram escravizados e fugiram

tendo vivido, desde o Século XVII, escondidos pelas serras e vales da região, tendo no rio Paranã seu referencial. Naquele momento de fuga a uma condição de escravidão, existir significava não terem suas casas, roças e territórios visíveis, e a região parecia propícia para isso. Se negros em fuga deveriam ser dotados de certa dose de invisibilidade diante do Estado, hoje a constituição brasileira nomeia e reconhece quilombolas (ou remanescentes de quilombos) enquanto sujeitos de direitos diferenciados. Hoje, Família Magalhães tem seu território de referência, a Fazenda Lavado³, em processo de titulação coletiva, como quilombola, pelo governo federal, de acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁴.

Ao se definirem como pessoas propensas à amizade, que cultivam amigos, os Magalhães tomam a sua maneira de produzir relações como forma de povoar e conferir movimento às suas vidas. Consideram que esse modo “amigueiro” de ser é uma herança do falecido João Magalhães, ancestral fundador da família. Seu Magalhães é descrito como alguém que ajudava pessoas como parteiro, benzedor, curandeiro, tudo sob um temperamento calmo e agregador. Assim, um domínio de saberes específicos aparece como recurso produtor de relações de amizade, que incluem aquelas de compadrio (João batizara muitas pessoas que “ajudou a pôr no mundo” ou que ajudou a curar) ou de pessoas que são “como se fossem da família” (PERUTTI, no prelo).

Mas não foi apenas essa herança paterna que fez dos Magalhães pessoas amigueiras: Sebastiana, viúva de João, tem um papel fundamental na produção de um temperamento amigueiro entre seus descendentes.

Sebastiana considera que os filhos cresceram no deserto, pois o Lavado, no início, estava distante de quaisquer vizinhos. Por essa razão, diz que pôde criá-los com temperamento calmo e sem vícios em cigarro, bebida ou ‘malandragem’ (Sebastiana fuma e bebe, mas não deixou que seus filhos tivessem os mesmos vícios). E, sendo calmos, ali permaneceram até os dias de hoje. No que diz respeito à permanência no território, a ênfase está dada no agenciamento da mãe na produção do temperamento

³ Nos anos de 1950, João e Sebastiana fixaram-se na Fazenda Lavado, a convite de um compadre, Simplício, para que criassem porco “na meia”. A fazenda era propriedade de um médico alemão, que não a utilizava para fins produtivos, aparecendo no local apenas uma vez ao ano, para pescar. Mesmo após o fim do acordo de meia, permaneceram na localidade sem a necessidade de uma contrapartida. Até que, após sucessivas vendas daquelas terras, passaram a sofrer ameaças de expulsão por parte de supostos proprietários. O reconhecimento como quilombolas, com direito à titulação coletiva da terra que ocupavam, garantiu que ali permanecessem (Cf. PERUTTI, 2015).

⁴ Assim enuncia o Artigo 68 da ADCT: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

de seus filhos, do temperamento como resultado de um ato de criação (PERUTTI, no prelo).

Para o grupo que aqui pesquiso, o deserto aparece tanto como ausência de gentes e de relações, de onde procuram se afastar por meio de sua propensão a produzir amizades, quanto condição original, necessária para se fazerem amigueiros, pois só teriam certos atributos morais porque a mãe os criou “no deserto”.

Entre os moradores do município de Nova Roma, onde os Magalhães estão situados, há uma queixa frequente de que o lugar estaria prestes a acabar, a “virar deserto”. Lá não existem mais firmas, não é passagem de nenhuma “BR”, a terra é arenosa para grandes cultivos, e os jovens, cada vez mais, partem para Brasília, Goiânia ou cidades vizinhas em busca de emprego e melhores condições de vida. A percepção é a de que o lugar estaria próximo do fim, e os únicos momentos que confeririam movimento ao município, aglutinando pessoas, são os tempos da festa e da política (PERUTTI, 2015). Família Magalhães lida de forma específica com essa percepção generalizada de seus co munícipes de que o lugar estaria perto do fim. Ao se definirem como pessoas propensas à amizade, tomam a sua maneira de produzir relações como forma de povoar e conferir movimento às suas vidas, criam um território existencial que os afasta do deserto e ao mesmo tempo o toma como condição primordial de sua existência “amigueira”.

Para além da importância de Sebastiana na reprodução desse temperamento entre seus descendentes, sua atuação também foi fundamental na definição dos lugares de habitação de seus filhos ao longo do Lavado. A maior parte dos filhos homens tem suas casas próximas à da mãe, na mesma parcela de terreno, ou em terreno contíguo ao dela, ao passo que as filhas mulheres tendem a habitar a outra extremidade do território. Um dos filhos de Sebastiana, Genivaldo, conta que não se muda de vez do Lavado, mas apenas temporariamente, para trabalhar, “por causa de mãe”. Além disso, filhas mulheres da segunda geração que, após o casamento, deixaram o Lavado, ali retornaram a pedido da mãe Sebastiana, pois sofriam ameaças de despejo, nos anos de 1980 e 90, por parte de supostos proprietários daquelas terras. Algumas das filhas de Sebastiana que vivem no Lavado também atuam de forma similar, mantendo seus filhos por perto, com casas em seus terrenos (PERUTTI, 2015).

Além do papel das mães na definição dos lugares de habitação de seus filhos, há uma divisão do grupo que se manifesta no território onde vivem, existindo uma relação entre a adesão política e o lugar de moradia. Ao mesmo tempo em que a amizade tem tamanha centralidade entre os Magalhães, e eles se consideram agregadores, o grupo é segmentado em dois *lados*, cada qual com uma associação comunitária vinculada às adesões políticas locais: uma formada pelos *de cima*, que apoiavam, até

2014, a coligação vinculada ao PMDB – e a outra pelos *de baixo*, que apoiavam a coligação do PSDB. Ser um “de cima” ou um “de baixo” diz respeito ao lugar de habitação de um Magalhães (se mais acima ou mais abaixo do curso do rio Paranã)⁵. Embora tenha demonstrado (PERUTTI, 2015) que uma série de elementos heterogêneos contribuem para que alguém seja um “de cima” ou um “de baixo”, tais como disputas entre irmãos por parcelas de terrenos internas ao Lavado, tendência à virilocalidade, além de pressões e ameaças de supostos proprietários daquelas terras, quando questionados sobre o assunto, é a política local que responsabilizam pela divisão na família. Com a política, ganha-se novos amigos, por meio de dinâmicas próprias de pedidos e ajudas, mas perde-se a antiga união familiar, evocada nos períodos de maior tensão. E é em torno dessa tensão, manifestada nos lugares de habitação, que povoam a Fazenda Lavado.

Portanto, como veremos, uma casa, ao mesmo tempo em que não está alienada das relações de aliança e segmentação que ali existem entre parentes, deve ser adequada à manutenção de um modo de ser “amigueiro”, impedindo que seu território “vire deserto”.

EM CADA CASA, UMA CARTA

Pretendo iniciar as análises com uma equivocação não entre concepções de casas, mas de “governo” e política pública, que provocou ruídos entre mim e os Magalhães, e explicam o que eles entendem que o governo entende por casa. Entre os anos de 2004 e 2011, trabalhei na Comissão Pró-Índio de São Paulo, organização indigenista, surgida no final dos anos de 1970 e que atua com povos indígenas e comunidades quilombolas. Um dos principais trabalhos que ali realizei foi o projeto Comunidades Quilombolas e os Direitos Territoriais, que consistia em um monitoramento das ações do governo federal e dos governos estaduais relativas às titulações de terras quilombolas. Fiz um levantamento inicial das terras em processo de titulação em cada um dos estados brasileiros, e também pude participar da organização de oficinas com quilombolas do Pará com o intuito de discutirmos o texto da lei e avaliarmos estratégias de ação, de modo a pressionar o governo para agilizar o andamento das titulações de terras.

⁵ Contudo, é importante frisar, o que faz um “de cima” ou um “de baixo” não é estritamente o local de construção da casa, mas sim o local efetivamente habitado, onde práticas do viver junto são cultivadas. Assim, por exemplo, uma mulher viúva com casa “em cima” que decidiu habitar a casa da mãe idosa, “embaixo”, para ajudá-la nas tarefas domésticas, é considerada uma “de baixo”. Do mesmo modo, netos de Sebastiana que não têm casas no Lavado, trabalhando em outros municípios, mas que habitam a da mãe quando ali estão, consideram que são “de cima” ou “de baixo” de acordo com o lugar de moradia da mãe.

Ao longo deste trabalho, um dos materiais didáticos que ajudei a construir foi um jogo de cartas de baralho no qual cada uma delas correspondia a uma etapa do processo de titulação de terras quilombolas, de modo a possibilitar a compreensão do Decreto n. 4887/03 e da instrução normativa do Incra n. 57 que detalhava os procedimentos daquele decreto. Naquele jogo, não tinham vencedores nem perdedores. A ideia era que, de forma lúdica, quilombolas identificassem cada uma das etapas do processo de titulação (abertura do processo, realização do relatório técnico, etc.), localizassem a etapa em que estava o processo do seu território e, assim, melhor acompanhassem e cobrassem ações do Incra. Tão logo concluí minha primeira visita aos Magalhães, enviei pelos Correios, em nome de Geralda, uma nora de Sebastiana, um exemplar do jogo da titulação, explicando se tratar de uma espécie de tradução daquilo que o governo federal deve fazer em uma terra quilombola para que seja titulada. Como Geralda concluía o Ensino Médio, é agente de saúde e já fora professora, julguei que seria a pessoa ideal para conhecer o jogo da titulação e apresentá-lo aos demais, de modo que pudessem acompanhar o processo de titulação do qual eram parte.

Assim que retornei ao Lavado, para minha surpresa, observei cartas desse jogo espalhadas em diversas casas. Não entendi o que aquilo poderia significar, pois se Geralda não tivesse se importado com o material, as cartas estariam jogadas ou perdidas em sua própria casa, e não espalhadas em tantas outras. Ao indagá-la, Geralda explicou-me que decidiu deixar em cada casa do Lavado, para cada filho de Sebastiana, uma das cartas do jogo, de modo a não a acusarem de discriminar ninguém ou tirar vantagem sobre aquilo.

Minha reação inicial foi a de questionar sua atitude, explicando à minha interlocutora ter havido um mal-entendido, e que aquelas cartas perdiam o sentido caso separadas umas das outras, já que a ideia do jogo era colocá-las em conjunto e na sequência das etapas. Com o passar dos meses em campo, percebi que o mal-entendido fora meu: governo federal não deve ser tratado como um jogo, mas sim como assunto de todos. As cartas não perdiam, mas ganhavam sentido apenas na medida em que ficassem espalhadas em cada uma das casas do Lavado. O conhecimento que o conjunto daquelas cartas poderia proporcionar a Geralda, deixando-a em situação privilegiada em relação aos demais, não era “assunto de governo”, mas sim de “política”, entendida como prática produtora de segmentações, da qual procurou se afastar. O ato de Geralda condensa o sentido predominante de governo federal para o “povo do Lavado”: “em cada casa, uma carta”.

Do mesmo modo que a cartas, as cestas básicas que passaram a receber do governo federal pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) assim que foram reconhecidos como quilombolas, deveriam ser

distribuídas entre todas as casas. Madalena, filha de Sebastiana e presidenta da associação “de cima” que ficou responsável por seu recebimento e distribuição, preocupa-se em garantir que cada cesta chegue a uma casa do Lavado, já que aquilo é assunto do governo federal, portanto, de todos. Em cada casa, uma cesta. Assim aprendi que toda vez que quisesse entregá-los algum documento emitido pelo governo a respeito do processo de titulação de suas terras, como o decreto de desapropriação assinado pela Dilma, em 2012, deveria tirar uma cópia para cada casa do Lavado ou, no mínimo, uma para Sebastiana e outras para cada um de seus filhos.

A regra que aqui apelido de cada casa, uma carta, diz respeito à existência de um sujeito coletivo com o qual o Estado se relaciona, a família, vinculada a uma unidade doméstica. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) reforça essa relação entre família e domicílio, sendo que cada família cadastrada deve corresponder a uma unidade doméstica, e nenhuma pessoa pode estar cadastrada como pertencendo a mais de uma família/casa ao mesmo tempo. Nos termos de Bádue e Ribeiro, a respeito do Programa Bolsa Família:

Por meio do conceito de família utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento e colocado em prática pelos Cras, juntamente com o processo de distribuição do benefício, o Estado atua simbolicamente na criação de uma identidade (ser pobre) e de uma coletividade (ser família). Para receber o dinheiro, não basta ser mulher, ser criança, ser jovem, estudar, amamentar; é preciso que as mulheres acionem uma série de mecanismos para manter a coletividade funcionando nos moldes como o Estado prevê, e que a família seja identificada como pobre (2015, p. 6).

Dentro dessa unidade doméstica/familiar identificada como pobre e, portanto, unidade de aplicação de políticas públicas específicas, a figura da mulher, na condição de mãe, ganha centralidade à medida que é a responsável por receber e gerir benefícios como o Bolsa-Família e também porque a ela caberia a prerrogativa ou o dever distribuir os itens da cesta básica fornecida pela Conab.

Ainda que cada pessoa acima de 16 anos tenha direito a uma cesta, ela é gerida no Lavado por casa (unidade familiar vinculada ao grupo doméstico), mantendo a lógica do governo federal na aplicação de programas sociais. Assim que tais cestas chegam à casa de Madalena, em Nova Roma, ela e suas filhas fazem a contagem e deixam com cada mulher, filha ou nora de Sebastiana, os itens relativos à sua cesta, mas também à de seus filhos e, se for o caso, netos. Em seguida, cada uma das mães do Lavado gere a distribuição de itens de sua cesta, mas também de seus

irmãos ou filhos homens, a outras pessoas. Separam pacotes de leite em pó e outros produtos dos homens não casados para destinarem às mulheres que tiveram filhos com eles, mas que não vivem juntos. Caso tenha ocorrido alguma briga entre a mulher e o homem, como nos casos de recorrer à justiça para pedir pensão alimentícia, o direcionamento de itens da cesta pode ser interrompido por elas, sinal de suspensão temporária do vínculo de “consideração”. Elas também redistribuem, por exemplo, o fubá de uma cesta para outra, por saberem que determinada pessoa não gosta de fubá, ao passo que outra tem filhos pequenos e fará bom uso dele. Outros itens das cestas podem ser igualmente destinados a pessoas não Magalhães que as ajudaram naquele período – uma vizinha que ajudou no preparo do aniversário do filho da outra, uma comadre que esteve presente no momento de doença do afilhado – ou simplesmente ser destinada a alguém como sinal de “atenção”, “consideração”. A cesta é, deste modo, recurso para o cultivo de suas relações de amizade.

Em 2014, Sandra, uma neta de Sebastiana “de cima”, estava morando em Goiânia, não teria como ir buscar os itens de sua cesta, então pediu para que suas irmãs doassem um pacote de leite para a mãe do ex-prefeito Josimar, por quem ela nutre grande “consideração”, e outro pacote de leite a mim, a “amiga de São Paulo”, pois sabia que eu gostava de beber leite pelas manhãs. Os demais itens da cesta de Sandra foram redirecionados aos seus irmãos. Portanto, por mais que itens da cesta possam ser redistribuídos de acordo com as relações que se queira nutrir, tal redirecionamento é feito pela mãe e a partir de cada família nuclear/unidade doméstica (cada família, uma cesta).

A noção de família adotada pelo governo federal, na qual cada família equivale a uma unidade doméstica, foi não apenas incorporada pelos quilombolas nas relações que estabelecem com o governo, como transformada em código ético. Essa é a ética que norteia as relações que ocorrem nesse domínio, e deve-se tomar cuidado para que as divisões familiares em cima e baixo, atribuídas à política, não se sobreponham a isso. Houve casos de brigas familiares nos quais pessoas de lado oposto teriam acusado outra a desviar as cestas da Conab e não as distribuir equitativamente entre as casas, acusação que foi entendida pela acusada e seus filhos como grave ofensa.

“MINHA CASA, MINHA VIDA” E AS CASAS SEM GENTES

Em março de 2014, Otelo, da Superintendência de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado de Goiás, nomeado pelo então governador Marconi Perillo (PSDB), fez uma visita aos Magalhães com o

intuito de falar sobre a possibilidade de construção de casas em seu território. Pessoas “de baixo” souberam da visita em primeira mão e informaram seus parentes do mesmo lado.

Sabendo que aquele aliado do PSDB estaria em reunião sediada na casa de Sebastiana, nem todos os “de cima”, que apoiam o “lado” do PMDB e PT, compareceram, e alguns reclamaram da maneira pela qual foram convidados pelos “de baixo” a participarem do encontro, à medida que teriam deixado recado com terceiros sobre o convite, sem terem ido pessoalmente às suas casas, o que indicaria falta de vontade em contar com a presença daqueles parentes⁶. Como o assunto os interessava, optaram por comparecer, mantendo-se na área externa da casa e recusando o almoço lá oferecido.

Otelo, que já era conhecido no município, chegou ao local acompanhado de um vereador nova-romano do “lado do PSDB”, um psicólogo e dois assistentes sociais da prefeitura municipal, além de outro funcionário do governo do estado que o acompanhava. Importante dizer que Otelo é uma pessoa negra, afirma-se como membro do movimento negro, diz ter ascendência Kalunga e, na perspectiva dos Magalhães, tem características extravagantes: usa roupas coloridas e largas, “parece um cigano”, além de manter os cabelos compridos e sem alisar.

Na cozinha de Sebastiana, três filhas e uma nora preparavam um almoço completo, com peixe frito, carne e frango cozidos, além de salada por mim preparada após ser convocada por uma daquelas mulheres. Na área externa, outro filho “de baixo” assava carne e oferecia aos convidados antes de o almoço ser servido. Tão logo chegou, Otelo foi direto à cozinha, onde iniciou uma conversa com as mulheres, elogiando suas habilidades culinárias.

Os agentes do governo que acompanhavam Otelo, com exceção do vereador do PSDB, velho conhecido dos Magalhães, ficaram curiosos com o lugar e quiseram conhecer uma cachoeira do córrego Cajueiro que fica nas proximidades da casa de Sebastiana. Foram levados para lá por dois homens da família. Enquanto o almoço não saía e seus colegas não retornavam, Otelo passou à sala da casa para incluir os homens na conversa.

Otelo explicou aos presentes sobre as capitânicas hereditárias, dizendo que o rei dividiu as terras da região e as ofereceu aos seus amigos europeus, tendo deixado a cargo dos negros trabalharem, como escravos,

⁶ Há várias formas de fazer uma informação circular (dar um recado, fazer um convite) e a visita é aquela que demonstra maior cuidado. Quando o convite ou o recado não são dados por meio da visita, mas em encontros casuais na rua ou por terceiros, entende-se que o emissor foi descuidado ou não teve a consideração necessária com o receptor. No que diz respeito a trabalhos em antropologia sobre dinâmicas de circulação de pessoas entre casas como elemento de convivialidade e mecanismo de controle, destaco: Comerford (2003), Carneiro (2010) e Lima (2011).

nas terras dos amigos do rei. Foi então que o agente do governo estadual afirmou que toda terra devoluta que há no Brasil pertence aos negros, já que foram eles que nelas trabalharam ao longo de toda a história do país.

Houve reações entusiasmadas dos “de baixo”, que se mantinham na sala. Os “de cima” limitaram sua presença à área externa da casa e não acompanharam o assunto. Até então, estava evidente que Otelo tinha um domínio relativo daquela *intimidade cultural*, reconhecendo aspectos de certa identidade do grupo das quais dependem operações formais do Estado (HERZFELD, 2008, p. 18). O agente do governo estadual mobilizou as noções de amizade e de trabalho na terra para construir o seu discurso: amizades com o rei fundamentaram uma distribuição de terras e o trabalho converteu toda terra devoluta em terra de negros. Conforme discuti em Perutti, 2015, terra devoluta, para um Magalhães, não é aquela destituída de um dono no papel, mas sim a terra sem casas, sem roças, inutilizada para habitação ou para fins produtivos, o que fez com que considerassem o Lavado terra originalmente devoluta e ali ocupassem. Em suma, foi por meio de relações de amizade e trabalho que os Magalhães produziram o Lavado.

O momento que não causou entusiasmo foi aquele no qual Otelo afirmou não gostar da presidenta Dilma, apesar de reconhecer que ela estava fazendo muito para os quilombolas. E era bom lembrar, disse ele, que quem começou a implementar políticas públicas para os quilombolas não foi o Lula, mas sim o Fernando Henrique. Os Magalhães ouviram em silêncio, sem se manifestarem. O silêncio é a principal maneira pela qual expressam discordância ou desagrado em relação a algum assunto tratado pelo interlocutor. Eles dificilmente expressarão sua discordância de outra maneira, a não ser com pessoas com as quais se nutra intimidade suficiente ou que se queira “pirraçar”, ou ainda, produzir uma ruptura nos vínculos, o que não era o caso.

Após a chegada de seus colegas da cachoeira e antes de iniciar a reunião, na área externa, Otelo reuniu os presentes em um círculo e pediu para uma nora de Sebastiana, mulher atuante politicamente do lado do PSDB, “puxar um pai nosso”. Também se comprometeu a levar um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, da qual ele é adepto, na próxima reunião que fizessem. Em seguida, o assistente social da prefeitura organizou uma pequena dinâmica de grupo na qual, em um círculo, cada um segurou uma bala entre os dedos e, sem poder dobrar os braços, teria que comê-la. Não sendo possível fazer isso sozinho com o braço esticado, cada um teve que dar a bala na boca da pessoa ao seu lado e, do mesmo modo, receber a bala daquela pessoa na sua boca. A partir daí, ele extraiu ensinamentos sobre o fato de que ninguém age sozinho, todos dependem uns dos outros, e que uns ajudando os outros, sem distinção, somos capazes de chegar mais longe.

O riso ininterrupto de algumas das netas de Sebastiana, mais jovens, revelava o equívoco do assistente social. Alguns dos pares formados naquela ocasião em nada correspondiam às suas relações cotidianas: as jovens achavam graça de terem recebido a bala das mãos de algum parente com quem mantinham relação de evitação. Elas davam risadas de tios que comeram a bala antes de a brincadeira começar e deram o dedo vazio para o irmão chupar. Alguns pares formados por não parentes foram erotizados nas conversas posteriores dessas moças, que imaginavam possíveis encontros amorosos entre eles, e especulavam se haviam trocado mordidinhas nos dedos.

Assim como as cartas do *jogo da titulação* distribuídas em cada casa revelavam meu equívoco naquele momento, já que o sentido do ato estava justamente em ter uma carta em cada casa; em uma reunião conduzida por pessoas vinculadas aos opositores políticos locais e pessoas do governo do estado a ele vinculadas, o discurso de união e ajuda mútua sem distinção provocava riso, e a erotização daquelas trocas de balas trazia resistências ao sentido que o assistente social tentava impor àquele encontro⁷. Em seguida, Otelo iniciou outro discurso sobre racialidade, afirmando que todos no Brasil têm algo de negro: assim, mostrou o cabelo enrolado do assistente social, o meu cabelo ondulado, além do nariz mais largo do vereador, defendendo que todos nós, ainda que sejamos vistos como brancos, temos “traços negros”, e que no Brasil “ninguém era assim tão branco”. Ele ainda afirmou que Nova Roma era um município formado inteiramente por quilombolas, já que lá todo mundo é mais ou menos negro.

Tal afirmação causou estranhamento em pessoas de ambos os lados, que em conversas posteriores negaram veementemente atribuir aos demais nova-romanos o estatuto de quilombolas como eles, já que nem possuíam o parentesco com os Kalunga, e que naquela região, para ser quilombola, era necessário ter algo de kalungueiro⁸. Uma filha de Sebastiana, “de cima”, disse ter demorado tanto pra kalungueiro ser uma coisa boa, e “quando fica bom”, vem uma pessoa dizer que todo mundo é.

A situação lembrou-me imediatamente da formulação de Eduardo Viveiros de Castro (2006), “pode-se dizer que ser índio é como aquilo que Lacan dizia sobre o ser louco: não o é quem quer. Nem quem simplesmente o diz. Pois só é índio quem se garante”. Em Nova Roma e no nordeste de Goiás, certamente não é todo negro que pode se dizer quilombola, mas só

⁷ E aqui me recordo do trabalho de Dawsey (2013) que traz à tona o riso dos boias-frias como forma de produzirem deslocamentos de posições, resistências, negações de sentidos unívocos dados à sua condição.

⁸ Conforme abordei em Perutti (2015) um kalungueiro se distingue dos demais habitantes da região, dentre outras coisas, pelo vínculo de longa data com aquela região (são negros fugidos que vieram dos escravos) e também pela cor da pele: seriam os “mais pretos de todos os pretos do lugar.”

aquele que “se garante”, e se garantir, no caso, passa por ter sangue kalungueiro, que esse sangue seja coletivamente reconhecido e opere de algum modo em determinada configuração familiar (ver PERUTTI, 2015).

A afirmação de que, no limite, todo o município é quilombola, também produziu interpretações particulares acerca das possíveis consequências de tal reconhecimento. Na opinião de alguns, se todos fossem assim considerados, todos teriam direito às terras do Lavado, e não haveria espaço para tanta gente ali. No entendimento de meus interlocutores, ser quilombola em Nova Roma implica ter direitos sobre o Lavado, e não sobre qualquer outro território que os munícipes estejam ocupando.

Depois dessas afirmações um tanto embaraçosas para os Magalhães, Otelo procurou lembrar suas primeiras idas ao Lavado, ainda em 2004, ocasião na qual teria ajudado os “de baixo” a montarem uma associação comunitária tendo como diretores membros das gerações mais jovens do grupo, mais escolarizados. Em suas palavras: “Eu cheguei aqui pela primeira vez e queria fazer um líder aqui. Aí eu vi Marcelinho [neto de Sebastiana], todo serelepe, chegando de cavalo, e falei: é ele. Esses dois jovens [em referência à Marcelinho e a outra neta de Sebastiana] que eu coloquei na frente”. Ele também lembrou sua primeira conversa com o ex-prefeito Robervaldo (PSDB-GO), que o acompanhou nos primeiros contatos com o grupo: “Eu perguntei para o [então] prefeito: estou procurando uma comunidade quilombola. Ele não sabia o que era isso não. Depois falou: ‘ah, devem ser os morenos dos Magalhães!’”.

Após esse diálogo inicial, o objetivo do encontro foi enfim enunciado: discutir a implementação do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, no Lavado, com a intermediação de Otelo e de membros da prefeitura no processo. Em 2009, a Seppir (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) firmou acordo com a Caixa Econômica Federal de modo a implementar o programa de moradia popular em territórios reconhecidos como quilombolas. Deste modo, Otelo apresentou um projeto já pronto, afirmando que eles teriam disponível para cada “família” uma casa com dois quartos, sala, cozinha, além de uma pequena área externa. Para quem não quisesse uma nova casa, havia também a opção do “projeto reforma”, sendo possível ampliar casas já construídas dentro de um orçamento predefinido. Para obterem as casas, seria necessário pagar um valor de 1.200 reais parcelados em cinco anos. A associação local de moradores, no caso, aquela “de baixo” que Otelo teria ajudado a legalizar, concederia a responsabilidade pela construção das casas a uma Entidade Organizadora fiscalizada por membros da comunidade e do governo, em uma Comissão de Acompanhamento da Obra. Por fim, Otelo deixou claro que era necessário ter uma demanda mínima de cinquenta casas para firmarem o acordo, caso contrário, a

empreiteira não teria interesse em ir até o município realizar as obras.

A notícia das cinquenta casas causou apreensão em alguns dos presentes, já que não teriam demanda para tanto. Considerando que Família Magalhães contava, em 2014, com pouco mais de cem pessoas, muitas delas já com casas construídas e reformadas, além de pessoas da terceira geração em diante sem interesse manifestado em ter uma casa separada da dos pais no Lavado, uma nova questão se impôs.

Deve-se levar em conta que casa, nessa situação, pode ser entendida como “uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade” (MARCELIN, 1999, p. 36), conformando uma rede de unidades domésticas pensadas a partir das relações que estabelecem umas com as outras. Sendo assim, a construção de uma casa nunca é uma decisão meramente individual, mas reverbera nas proximidades e cisões espaciais que conformam o Lavado, além de afetar formas de se deslocar pelo território. Nesse sentido, a perspectiva de serem construídas cinquenta casas sem que se tenham pessoas para tanto é absolutamente destoante de uma dinâmica local de construção de casas.

Marcelinho interrompeu a exposição para perguntar como essas casas seriam feitas se o Incra os teria orientado “a não cortar nenhum pau do Lavado até que saísse o título [da terra]”. Ele ainda explicou que gostaria de ter uma casa construída na área que é hoje Fazenda do Dr. Reinaldo⁹, perto daquela habitada pela mãe, Lindalva, mas não quer se indispor com o vizinho, patrão da mãe, construindo essa casa antes de ser concluída a desapropriação da fazenda do homem. O funcionário do governo do estado respondeu que o Incra daria uma autorização para eles, e que poderiam ficar despreocupados pois, até o mês de julho de 2014 sairia o título daquela terra, o que gerou reações entusiasmadas por parte de alguns dos presentes. Até março de 2017, o título da terra ainda não tinha sido expedido aos Magalhães.

Em seguida, Otelo afirmou que, além de casas, ainda teriam recursos disponíveis para a construção de um Centro de Convivência, onde poderiam ser realizados cursos profissionalizantes, além de um posto de saúde para atendimento prioritário aos quilombolas. Otelo e a assistente social que a acompanhava ainda disseram que os povoados nova-romanos do Feixe (vizinho aos Magalhães) e do Cormari (no sul de Nova Roma) também eram reconhecidos pelo governo federal como quilombolas. Sendo assim, o posto de saúde teria que ser construído em um local próximo aos três povoados, o que na prática não seria possível, já que o Lavado

⁹ Doutor Reinaldo tem uma fazenda em área vizinha ao Lavado, tendo sido patrão de muitos dos Magalhães, que para ele trabalharam como caseiros ou vaqueiros. Ela fora ocupada pelos Magalhães décadas atrás, e será desapropriada, pelo Incra, de modo a ser incorporada na área total do quilombo a ser titulada. A desapropriação também é desejada pelo fazendeiro que, sabendo do baixo valor daquele imóvel na região, ofereceu suas terras para serem compradas pelo Incra.

ficava no norte do município, e o Cormari, no extremo oposto. Para os “de cima”, opositores políticos do PSDB, isso seria pretexto para usarem a verba do posto de saúde destinada aos quilombolas para o construírem na sede de Nova Roma, dar boa fama à prefeita, “coligada com Otelo”, e não trazer nenhum benefício específico a eles, que continuariam distantes de locais de atendimento à saúde.

Além disso, a afirmação de que Feixe e Cormari também eram quilombolas gerou mais um desconforto entre eles, sobretudo no que diz respeito ao primeiro povoado, com quem estabeleceram alguns casamentos e de quem eles se diferenciam cotidianamente também pelo fato de serem kalungueiros. Perguntei à assistente social se as famílias dos outros dois povoados possuíam certidão de autoidentificação como quilombolas expedida pela Fundação Cultural Palmares, usada pelo governo como pré-requisito ao acesso a recursos destinados aos quilombolas, e ela me respondeu que sim.

Fui checar a informação posteriormente junto a esse órgão, e eles disseram que a única comunidade certificada no município era a de Família Magalhães, e além deles, havia apenas uma demanda por certificação no povoado da Abobreira, divisa com Teresina de Goiás e habitado predominantemente por kalungueiros. O marido de uma neta de Sebastiana, presente na reunião, é do povoado do Feixe e não concordou com o que ouviu, dizendo-me posteriormente que sua família não é quilombola, que jamais se consideraram dessa forma. O fato gerou desconfianças em todo o grupo, inclusive em alguns dos “de baixo”, que eram do mesmo lado daquela prefeitura e, por extensão, de Otelo.

Ao final da reunião, cada filho de Sebastiana passou o nome de seus filhos para inscrição no programa Minha Casa, Minha Vida, e ainda faltavam nomes para completarem os cinquenta necessários. Otelo os incentivou a lembrar de mais pessoas de lá que estavam afastadas fazia tempo, ou ainda, pessoas que já tinham suas casas no Lavado, mas gostariam de ter uma nova ou ampliar a antiga.

Foi nesse momento mais informal de inscrições que uma mulher “de cima” teria visto um funcionário da prefeitura que lá estava pedindo para incluir o seu nome na lista e Otelo teria perguntado a Sebastiana se poderia acrescentá-lo, quando foi interceptado pela mulher da família, que lhe disse para não incluir ninguém de fora. Embora Otelo e o funcionário tenham alegado ser uma brincadeira, o acontecimento gerou ainda mais desconfianças dos “de cima” que, posteriormente, especularam que as cinquenta casas eram pretexto para transformarem o “projeto quilombola do Lavado” em assentamento e colocar pessoas de Nova Roma “para dentro de lá”. “Isso aqui vai virar uma Portelinha” – lamentou um homem “de cima”. A Portelinha é um conjunto habitacional de Nova Roma, de casas populares, que conta com casas idênticas entre si, muito pequenas, dispostas lado a

lado e com pouco espaço de quintal entre cada uma delas. O homem ainda considerou que o Lavado se tornaria como Nova Roma, um lugar cheio de casas sem gente, e que a solidão ficaria ainda maior nessas condições.

Com a possibilidade de construção de cinquenta casas, novas ou reformadas, no Lavado, os filhos e genros de Sebastiana passaram a especular sobre os terrenos onde as casas de seus descendentes seriam construídas, sempre nos arredores de suas próprias casas. Assim, cada filho de Sebastiana agregaria um conjunto de casas de filhos e, eventualmente, netos, no entorno de sua habitação, e a decisão sobre onde a casa seria construída ficaria a cargo dos pais, e não dos próprios donos das casas. Deste modo, se o Estado se relacionava com aquelas pessoas por meio da família enquanto unidade organizada em casas (cada família, uma casa), a decisão sobre os locais de construção de cada casa não estava nas mãos dos membros dessa unidade, mas sim nas dos parentes que tinham voz nas decisões sobre o espaço do Lavado, a saber, Sebastiana e seus filhos.

Conforme abordei em outro lugar, há ordens de precedência sobre o Lavado e os modos de habitar aquele território:

[...] que se tornam mais explícitas, e por vezes alvo de controvérsia, em situações de tensão em família: quem é filho de Sebastiana tem mais direito sobre o Lavado e maior legitimidade de responder pelo lugar do que netos, os netos mais do que bisnetos, os bisnetos mais do que tataranetos; quem habita o Lavado tem mais direito do que aquele que não habita; quem tem casa no local possui mais direito do que aquele que não tem; consanguíneos de Sebastiana têm mais direito do que afins. Tais ordens de precedência não possuem o mesmo peso, tampouco estão estabelecidas de antemão; hierarquias são frequentemente reelaboradas, numa tentativa constante de fixá-las pelo discurso em cada nova situação na qual é posta em evidência, e as práticas cotidianas de apropriação e produção do Lavado as tencionam com alguma frequência (PERUTTI, no prelo).

Alguns também especularam se era possível fazer casas fora do Lavado, para a filha que casou e foi morar na terra do marido, ou ainda para aqueles que estavam trabalhando em Goiânia e pagando aluguel. Ficaram desanimados em saber por Otelo que essas possibilidades não eram viáveis. No limite, Família Magalhães corria o risco de ser definida como comunidade de casas sem gente e gentes (que vivem fora do Lavado) sem casas.

Diante de desconfianças em torno das informações trazidas por Otelo naquela reunião, fui demandada pelos “de cima” a checar sua

veracidade e, partilhando da ideia de que algumas delas não eram verdadeiras, concordei em pesquisá-las. Eu já havia um acordo prévio com meus amigos de que estaria disposta a ajudá-los, quando quisessem, com informações sobre o governo e suas ações, mas tudo que soubesse sobre o assunto seria informado aos “dois lados” da família. Assim, telefonei para os responsáveis pelo programa Minha Casa, Minha Vida e soube que o mínimo de casas a serem feitas para o repasse da verba é quatro, e que a casa pode ter a estrutura desejada pelo conjunto de beneficiários, desde que dentro de um limite orçamentário por unidade. Também fui informada que não há necessidade de uma grande empreiteira para fazer a obra, e a inscrição no programa pode ser realizada por qualquer pessoa que trabalhe com construção e tenha CNPJ como Microempreendedor Individual, por exemplo. O importante era ter um projeto prévio feito por um engenheiro e aprovado pelos técnicos da Caixa Econômica Federal. Soube posteriormente que quatro pessoas da família já haviam se inscrito no programa com o suporte do Sindicato Rural local, e o projeto deles já havia sido aprovado. Três dessas pessoas optaram por não se inscreverem na lista de Otelo, e uma ficou indecisa se cancelava o pedido anterior e entrava com um novo na esperança que saísse mais rapidamente, ou se o mantinha.

Contei as informações que obtive aos dois lados da família e precisei lidar com um novo mal-estar, e também com desconfianças dos “de baixo” em relação à veracidade daquilo que eu dizia. Um jovem da associação “de baixo” considerou que Otelo estava enganando sua família e decidiu tirar a lista com os nomes de suas mãos, tendo sido impedido por sua mãe. Esta preferiu pedir esclarecimentos para Otelo e dar-lhe um voto de confiança, pois ele já os tinha ajudado em outros momentos, como na abertura da associação quilombola “de baixo”, e seria muita “desfeita” com ele agirem dessa maneira.

Para tentar amenizar as desconfianças que foram lançadas sobre mim, repassei os telefones dos agentes do governo com quem havia conversado para aquela mulher, de modo que ela mesma pudesse checar as informações e tirar dúvidas diretamente com os técnicos do Incra, Fundação Cultural Palmares e Caixa Econômica Federal, caso quisesse. Foi então que percebi que ela não duvidava de nenhuma informação que a repassei, mas que levá-las a sério implicaria desfazer uma relação de longa data com um aliado do ex-prefeito que apoiava no governo do estado, e que manter uma boa relação com aquelas pessoas era tão ou mais importante do que um “projeto de governo” em si. Já para seu filho, que se declarava desacreditado da política nova-romana, além de não ter casa no Lavado, o projeto importava mais do que aquela amizade duvidosa. O fato é que, para a mãe, havia dúvidas se eu deveria ter procurado tais informações, como fiz. Eu a havia colocado em um dilema, e desencadeado um conflito entre ela e o filho. Por outro lado, também ficou temerosa em

relação à Otelo e sua confiabilidade. Quando ligou para ele pedindo esclarecimentos e explicando que os dados foram checados e não eram os mesmos anunciados na reunião, ele teria ficado ofendido, e considerou ter sido alvo de um mal-entendido. Por fim, disse que a decisão final sobre o projeto era deles, caso quisessem retirar os nomes.

Os nomes foram mantidos, pessoas de ambos os lados preferiram ficar quietas e ver até onde o projeto poderia ir, com possibilidade de desistirem no momento de sua implementação. Mesmo porque, entre ter cinquenta casas e não ter nenhuma, a segunda opção parecia mais desejável. No entanto, o projeto não seguiu adiante até o momento de conclusão desse artigo. Otelo não deu continuidade à implementação do Minha Casa, Minha Vida no local, previsto para ser concluído ainda em 2014, já que ele não sabia, na época, se em 2015 Marconi Perillo seria reeleito e ele se manteria no cargo.

Por seu turno, os “de cima” ficaram aliviados em saber que suas suspeitas sobre a inveracidade da fala de Otelo se confirmaram, e decidiram que não iriam tirar os nomes da lista, mas também não levariam adiante a construção das casas caso aparecesse alguém por lá até que eles assumissem seus erros e aceitassem construir menos casas na localidade. Do ponto de vista de uma neta de Sebastiana “de cima”, a prefeitura ganhava dinheiro extra do governo federal por ter quilombolas em seu município, Otelo “levava os projetos para lá” e, com isso, ambos ficavam com os méritos por ações que eram do governo federal, portanto, do “lado de Lula”.

Mais uma vez, política e prefeitura, em sua tendência a fazer proliferar divisões, em nome de interesses que não eram “de todos”, apareciam “metidas onde não devem”, e o governo do estado estaria mais próximo da lógica da prefeitura do que da lógica do governo federal. Otelo, assim como a prefeitura, era visto como possível explorador, querendo levar o mérito sobre projetos e recursos oriundos do governo federal.

CASAS DE GOVERNO

De acordo com meus interlocutores, em matéria de habitação, o máximo que o governo federal fez para eles foram casas pequenas. Foi no início dos anos 2000 que a Funasa concluiu a sua construção, para cada família nuclear interessada, ou seja, para cada unidade que contasse com uma mulher, marido e filhos, ou apenas mulher e filhos crianças ou adultos não casados. Essas casas são chamadas de “casas da Sucam”, e não da Funasa. Segundo o relato de Roberto Almeida, no relatório antropológico

do Incra¹⁰: “As casas são assim chamadas porque os primeiros funcionários que combatiam o barbeiro eram do tempo da extinta Sucam. O responsável local pelo órgão federal que indicou a necessidade de construção das casas na comunidade é localmente conhecido por Zezinho da Sucam” (2007, p. 10).

Todas elas têm o mesmo padrão de sala diminuta, dois quartos, cozinha e banheiro. Do ponto de vista de meus interlocutores, aquelas construções não se realizam enquanto casas em função de seu tamanho diminuto. Nelas não é possível receber visitas, “agasalhar os filhos”, cozinhar em fogão à lenha (por motivo de segurança, é proibido usar lenha em seu interior), muito menos receber as pessoas para “festar”. Um dos filhos de Sebastiana considera que o “inventor” daquelas casas não sabe o que é viver na roça: teria como parâmetro a “cidade grande”, onde todos vivem em apartamentos pequenos “e acham que aquilo é vida”.

Retomando uma literatura antropológica sobre a casa, é possível identificar como ela aparece como um lugar central na formação de subjetividades, um espaço onde hierarquias são internalizadas (MARCELIN, 1999; CARSTEN, 2004), matéria sobre a qual se erigem memórias de infância (CARSTEN, 2004), onde se organizam oposições estruturantes microcósmicas tais como o masculino e o feminino, o cru e o cozido, o fogo e a água, em uma relação contígua com o mundo exterior (ver BOURDIEU, 1995, sobre a casa Kabyle); onde vínculos são produzidos e desfeitos em práticas cotidianas do viver junto, como a comensalidade. Nesse sentido, a “casa da Sucam” é, seguindo meus interlocutores, espaço de heteronomia, “prisão”, onde não é possível formar sujeitos ou tecer vínculos a contento.

O “povo do Lavado” usou algumas estratégias para adaptarem aqueles espaços ao seu modo de vida. A cozinha foi o primeiro alvo de adaptação, sendo construída com fogão à lenha, separada, em continuidade com a casa ou dela mais afastada. Carsten (2004) já alertava como em diferentes contextos etnográficos a cozinha aparece como o coração da casa, lugar que garante não apenas produção do corpo, como a produção das relações parentais por meio da comida e da comensalidade. No caso dos Magalhães, isso não é diferente, e a “casa da Sucam”, praticamente sem cozinha, é definida como lugar onde não há vida possível.

Em quase todos os casos, fizeram uma área externa de cimento queimado, coberta ou não, para “receber o povo” em festas de santo, churrascos ou pousos de folia. As áreas, se cobertas, também podem funcionar como salas, onde as pessoas comem, assistem à televisão e recebem as visitas. Houve ainda o caso de uma mulher que interferiu no

¹⁰ O relatório é uma das peças técnicas necessárias para a definição dos limites da área a ser titulada de uma determinada terra quilombola.

projeto original da casa e ampliou a cozinha, a sala, além de fazer mais dois quartos de alvenaria para seus filhos.

Em geral, o espaço da “casa da Sucam” tem seu uso limitado ao de depósito e quarto, onde as pessoas entram apenas para dormir. Pelo fato de o telhado esquentar muito durante o dia, não é possível permanecer em seu interior a não ser à noite, e em períodos de muito calor, mesmo à noite é difícil suportar as altas temperaturas. Sebastiana foi a que tomou a decisão mais radical de recusa daquela casa: mudou-se para a beira da estrada, cerca de 200 metros dela afastada, e seus filhos ergueram-lhe outra com o dinheiro obtido com a venda de pequena quantidade de ouro garimpado no rio Paranã. Ela foi construída com telhado de palha, quatro quartos, uma sala ampla (só a sala é do tamanho de toda a “casa da Sucam”), cozinha, banheiro de azulejos além de uma área externa coberta, onde realiza a festa de Nossa Senhora da Conceição. Já sua “casa da Sucam” é usada para depósito de utensílios de pouco uso e para um de seus filhos lá dormir quando recebe visita da namorada.

Outro filho de Sebastiana e sua esposa também utilizam a “casa da Sucam” exclusivamente para depósito, tendo mantido a casa de taipa anteriormente construída. Sua filha conseguiu um bom emprego em Brasília e, com o salário, construiu uma terceira casa para os pais, mas com cozinha moderna, de fogão a gás, a ela agregada. Deste modo, no terreno deste núcleo familiar coexistem três casas. A de palha, única que possui fogão à lenha, é ainda utilizada quando a esposa quer ali cozinhar, pois consideram que a comida feita na lenha fica mais saborosa. A casa construída pela filha se mantém como dormitório, banheiro, recepção de visitas, além de espaço para cozinhar, de forma revezada com a cozinha “caipira” da casa de taipa. Já a “casa da Sucam” mantém-se como depósito de instrumentos de roça, selas de cavalo, itens da cesta básica da Conab para armanejamento, dentre outros objetos guardados em caixas. Entre a “casa da Sucam” e a antiga de taipa, o casal construiu uma área coberta onde recebem o povo na festa que realizam.

A solução dada por Madalena e seu esposo Laurindo acerca de sua “casa da Sucam” merece descrição acurada. Logo à frente dela, construíram uma ampla área coberta para festas, chamada de barracão. Como eles são “donos” de uma folia de São Sebastião que ocorre anualmente, ter um espaço apropriado para a festa do santo apresenta-se como grande preocupação. O espaço é usado como sala, e há um pequeno pedaço dessa área que é fechado e funciona como quarto quando seus filhos, netos e bisneta os vão visitar. Também mantiveram naquele espaço um fogão a gás, onde esquentam água para um café ou aquecem a comida. Apesar de ter sido construído bem em frente à “casa da Sucam”, o barracão não tem acesso direto a quem sai da casa: é necessário que a pessoa dê a volta para acendê-lo, o que dá um sentido de descontinuidade àquele espaço em

relação à construção da Funasa. Na outra extremidade do barracão, há uma saída para a cozinha de palha com fogão à lenha. Atrás da cozinha, mas fora dela, localiza-se uma pia improvisada, onde lavam roupa e vasilhames. E atrás da cozinha, dois amplos banheiros com azulejos, chuveiro e privada, construídos para as visitas e também para o período da Festa de São Sebastião, quando o seu terreno fica repleto de pessoas acampadas.

Madalena e Laurindo possuem em seu terreno uma sucessão de construções, nem todas em relação de continuidade umas com as outras, mantendo o espaço da “casa da Sucam” relativamente isolado, utilizado apenas como depósito e dormitório do casal e de alguma de suas filhas quando ali estão. Além disso, o casal inscreveu-se recentemente no programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal, após a visita de Otelio, e planejam que esta casa seja construída ao lado daquela “da Sucam”. Perguntei à Madalena de que maneira pretende usar a nova casa, caso saia de fato, e ela respondeu que o espaço servirá para novos dormitórios e também para que ela possa enfim expor os inúmeros objetos que mantêm guardados em caixas e estantes na “casa da Sucam” que, por falta de espaço, ficam escondidos.

Já no final de meu trabalho de campo, envolta por certo clima de despedida, Madalena decidiu abrir suas caixas e armários em minha companhia, para mostrar-me aquilo que guarda como um tesouro. Deparei-me com uma infinidade de objetos: nove painéis de pressão de diferentes cores e tamanhos que trocou com um mascate ao longo de anos por roupas que vendia; jogos de xícaras de café que ganhou de amigos de Brasília, que vez ou outra passam uma temporada de férias no Lavado com a família; um cachimbo presenteado pelo pai de um pesquisador; o enxoval de sua filha caçula, que ganhou de presente, de um casamento que durou poucos meses; pilhas de edredons comprados à prestação para “agasalhar o povo” quando acampasse em seu terreno no período de festas; eletrodomésticos que ganhou de presente, de amigos e compadres; uma cumbuca comprada quando esteve em Goiás Velho, acompanhando seus filhos para uma apresentação da folia de São Sebastião em algum evento cultural do estado; enfeites e mais enfeites (pato de cerâmica, flor de plástico, animal de madeira etc.) obtidos em diferentes épocas, cada um com origem precisamente localizada por Madalena. Origem e destino, já que alguns deles estavam reservados para filhos que um dia viriam a se casar, ou para presentear algum conhecido igualmente prestes a se casar. No entanto, o destino da maioria daqueles objetos seria o de se manterem com ela, à revelia dos filhos.

Enquanto me mostrava cada objeto, histórias de visitas misturavam-se às de viagens, suas e de amigos de alhures, lembranças de pessoas que não eram mais vivas, casamentos que não deram certo ou que ela esperava serem realizados, tempos no qual vendia roupas e recebia painéis em

troca. Seus filhos costumavam se queixar da mania da mãe, que em vez de transmiti-los de uma vez e deixar a casa com mais espaço, ou mesmo fazer uso cotidiano dos eletrodomésticos e panelas novas, preferia guardá-los sem uso. Esporadicamente algum filho seu resolvia levar, escondido, uma colcha ou cobertor da coleção da mãe, e era repreendido, tempos depois, assim que ela sentia falta do objeto. Aquelas caixas, acumuladas por muitos anos, eram cobiçadas pelos filhos de Madalena.

Não eram apenas objetos que ela guardava naquela casa, mas também pessoas. Era gente demais, parente, amigo, vizinho, compadre, filho, contida naquelas caixas e estantes. Faziam jus à filha de um “amigueiro”, e as “casas da Sucam” eram pequenas para eles. Certa hora, localizei em meio aos objetos uma foto de um de seus netos que eu a havia presenteado. Logo depois, ela disse que gostaria de ganhar de presente um cachimbo de madeira, e que eu poderia presenteá-la com ele caso encontrasse algum em São Paulo. O convite para que um presente meu fizesse parte de suas coleções não parecia trivial, já que ocorrido em um momento no qual ela manifestava temer que eu nunca mais os visitasse com o término da pesquisa. Entendi como uma forma de minha amiga levar-me para dentro de sua casa, a despeito de suas incertezas futuras que cercavam minha partida.

Ao longo do passeio que Madalena fazia por seus objetos, em minha companhia, lembrei-me de outro passeio, aquele de Halbwachs pelas ruas de Londres e do fato de, por mais que estivesse só, prescindia de outros: do romance de Dickens lido anos antes, que ele lembrou ao passar pelos arredores dos Court’s of Law; do pintor que chamou sua atenção para o efeito de perspectiva de determinada parte da cidade; das lembranças do que lhe havia dito um amigo historiador sobre Westminster. “D’autres hommes ont eu ces souvenirs en commun avec moi. Bien plus, ils m’aident à me les rappeler” (2001, p. 8). Ambos os passeios traziam à tona temporalidades e relações de diferentes tessituras. A diferença daquela “casa da Sucam” no meio da roça para as ruas de Londres de Halbwachs era o fato de Madalena selecionar os objetos e pessoas a lá estarem, e escolher aqueles que julgava relevante me mostrar na condição de amiga.

Foi assim que, querendo uma casa que coubesse seu modo de habitar, Madalena e sua filha demandaram que eu escrevesse uma carta ao programa de televisão Domingo Legal narrando sua situação e pedindo à sua produção uma casa mais ampla¹¹. Na carta, pediam para que eu contasse sobre sua “vida de sofrimento”, quando tinham que andar a pé muitas léguas atrás de uma vacina para o filho ou para comprar sal e café, narrando por fim o fato de que as casas que dispunham não cabiam sequer

¹¹ Domingo Legal é um programa de auditório dominical exibido na época pelo canal de televisão SBT. Dentre os quadros do programa, há o Construindo um Sonho, no qual a equipe do programa ajuda telespectadores a realizarem o sonho de terem uma boa casa.

os seus filhos. Enviei a carta e, na falta de respostas, Madalena decidiu se inscrever no programa do governo Minha Casa, Minha Vida, ainda que soubesse que a tal casa do governo iria apenas remediar, mas não resolver, seu problema, e que casas boas mesmo eram aquelas que programas de televisão constroem para a família, sem economizar no tamanho, nem nos móveis e enfeites.

Na percepção de meus amigos, as “casas da Sucam”, assim como as “casas de governo” de um modo geral, eram pequenas demais para suas relações. A entrada de Lula no poder – presidente muito estimado pelo grupo, por ter “melhorado a vida de sofrimento” que era a deles – não teria aplacado a ideia de que casa não é um assunto de entendimento do governo. Além da Funasa, a experiência dos Magalhães em Nova Roma, em pequenas casas de programas habitacionais, os fez entender que “casa de governo” sempre deixava a desejar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, abordo dois tipos de políticas públicas relativas à casa: a primeira a toma como unidade para ações de governo, já a segunda é direcionada à construção de casas (políticas habitacionais). No primeiro caso, as casas, assim como as famílias, são homogeneizadas, passíveis de serem contabilizadas em diagnósticos socioeconômicos e censos, já que cada uma é igualmente alvo de intervenções/benefícios. Sob tal lógica, não são levadas em conta diferenças locais entre pessoas, casas ou famílias, a não ser aquelas quantificáveis e presentes em questionários censitários tais como renda, gênero, número de pessoas, idade, etc. Tal modo de conceber casas, tornando-as governáveis (FOUCAULT, 2008), foi oportunamente apropriada pelos Magalhães na gestão de suas relações agonísticas, que opõem irmãos em disputa por parcelas de terrenos internos ao Lavado ou parentes que aderem a lados opostos na política municipal, de modo que tais oposições não se tornem intransponíveis ou resultem em rupturas radicais do grupo.

Em minha tese de doutorado (PERUTTI, 2015), demonstrei como o modo de ser “amigueiro” dos Magalhães confere movimento às suas vidas, de forma que não se desertifiquem, e ao mesmo tempo cria estabilizações em um território percebido sob o signo da cisão. E que o Lavado existe sob um movimento incessante no qual relações agonísticas o produzem tanto quanto aquelas que expressam vínculo e comunhão. Nesse sentido, o “cada casa, uma carta”, enquanto apropriação de uma razão de Estado, aparece vinculada a outros fins, como estratégia na gestão dos conflitos, à medida que evoca aquilo que os une perante o governo: o fato de serem igualmente pobres, alvo das mesmas políticas públicas, pertencerem a um

mesmo território a ser titulado, serem igualmente quilombolas e membros do quilombo Família Magalhães. Minha equivocação ocorre à medida que ofereci o jogo de cartas, assunto de “governo”, apenas a uma mulher de um dos lados, entendendo que ela apresentaria seu conteúdo aos demais, mantendo o conjunto das cartas consigo. Ao assim proceder, a coloquei em posição de vantagem de saberes, algo não desejável nesse contexto.

Porém, se a cada casa cabe, igualmente, uma carta, isso não significa que políticas públicas não sejam alvo de arranjos e adaptações, de modo a diferenciar essas casas: as mulheres do Lavado gerem a distribuição dos benefícios que chegam ao grupo, tais como a cesta básica da Conab, a partir de um conhecimento acurado que têm sobre as diferenças ali existentes, conhecimento esse que escapa ao produzido pelo governo: uma casa com filho pequeno merece certos itens da cesta que outra sem filhos não demanda; há pessoas que gostam de certos alimentos, e outras não, há pais que abandonaram suas esposas com filho pequeno e não merecem receber a cesta. Mas essa gestão deve ser cuidadosa e reconhecida por ambos os lados como justa, sob o risco de ocorrerem acusações mútuas de que estejam tirando vantagem do benefício, favorecendo os seus, ou ainda, fazendo com que a política, em sua tendência à segmentação em “lados”, se sobreponha ao “governo”, assunto de todos.

Dito de outro modo, os Magalhães, cujos ancestrais passaram boa parte da vida invisíveis pelas serras e vales do rio Paranã, bem entenderam que só são reconhecidos por instâncias estatais a partir de unidades tais como a casa, a família e o território. Respeitar o fato de que cada casa “tem direitos”, devendo ser reconhecida e considerada, é dever de todos.

Tendo isso em vista, como adequar essa ética à possibilidade, apresentada por Otelo, de terem um território povoado por casas sem gentes? O equívoco do agente do governo do estado está no fato de considerar que casas por si só são capazes de suprir necessidades de um território cada vez menos habitado no cotidiano. Contudo, casas não existem apenas porque foram construídas, mas para que tenham sua existência plenamente realizada, é preciso que sejam concebidas, idealizadas, cotidianamente feitas e refeitas enquanto tais, e para isso é preciso criar raízes, “juntar monturo”. Monturo, palavra utilizada pelos mais velhos, designa o local no “terreiro”, próximo da cozinha, onde são acumulados os restos de comida e, eventualmente, queimados. O acúmulo de monturo é indício de que uma casa existe plenamente. Casas sem gentes, e sem perspectiva de que sejam habitadas, aparecem como espaços de falta, evocam a ausência de relações das quais os Magalhães procuram se afastar por meio de seu modo de ser. Caso sejam efetivamente construídas, será necessário produzir novos arranjos e sentidos a tais estruturas, repensar regras de sucessão territorial e distribuição de parcelas

de terrenos para pessoas que não pretendiam ali habitar em uma casa separada e que, quando frequentam o Lavado, ficam nas casas das mães.

Fazer arranjos com as “casas de governo” não é novidade para os quilombolas dali: as casas feitas pela Funasa no início dos anos 2000, entendidas como empecilhos à realização de certo modo de ser e se relacionar, sempre deixando a desejar, os levaram a adaptações das mais variadas. Nesse sentido, os habitantes do Lavado habitam espaços domésticos com arranjos arquitetônicos heterogêneos, uma combinação de cozinhas de palha, cozinhas pequenas com fogão a gás, “casas de governo” utilizadas para dormitório ou depósito, “casas de governo” reformadas, com puxadinhos para quartos extra e cozinhas ampliadas, casas de alvenaria com telhado de palha, barracões de tijolo como área externa, dentre outras composições. Os Magalhães realizam montagens, com e apesar do “governo”, por meio de construções de diferentes materiais, nem sempre acabadas, e feitas em diferentes épocas que, em seu conjunto, não apenas procuram comportar suas relações, como ajudam a produzi-las, conferindo movimento a um lugar que tem no deserto sua origem e possível destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Roberto Alves. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombo Família Magalhães**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional do Incra nº 28 – DF e entorno, 2007.

ALVES, Yara. **A casa raiz e o vôo de suas folhas: família, movimento e casa entre os moradores de Pinnheiro–MG**. 2015. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) – PPGAS, USP, São Paulo, SP, [2015].

AQUINO, Carlos Filadelfo. **A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, USP, São Paulo, SP, [2015].

ARCO NETTO, Nicolau Dela Bandera. **A Educação vem de casa: família e escola na periferia de São Paulo**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, USP, São Paulo, SP, [2017].

BÁDUE, Ana Flávia; RIBEIRO, Florbela. O Bolsa Família na gestão financeira da casa: a economia do dia a dia de mulheres paulistanas. In: **Anais da V REA e XIV Abanne**. Maceió, 2015

BOURDIEU, Pierre. A casa ou o mundo às avessas. In: CORRÊA, Mariza (Org.). **Ensaio sobre a África do Norte**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1995. p. 89-112.

BÜLL, Paulo. Contra-antropologia, contra o Estado: uma entrevista com Eduardo Viveiros de Castro. **Revista Habitus**, v. 12, n. 2, p. 146-163, 2014.

CARNEIRO, Ana. **O povo Parente dos Buracos**: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – MN-UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, [2010].

CARSTEN, Janet. **After Kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. **About the house**: Lévi-Strauss and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

COMERFORD, John C. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

_____. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 107-142, 2014.

DAWSEY, John. **De que riem os boias-frias?** Diários de antropologia e teatro. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUEDES, André Dumans. Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 403-435, 2017.

HALBWACCS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: Albin Michel, 2001.

HERZFELD, Michael. **Intimidade cultural**: poética social no Estado-Nação. Lisboa: Edições 70, 2008.

MANTOVANELLI, Thaís. Casas de alvenaria e casa mēbêngôkre: concepções Xikrin sobre família dos brancos. In: LEAL, Natacha; MARQUES, Ana Claudia D. R. (Org.). **Estudos sobre Família e parentesco**. São Paulo: Ed. Gramma, no prelo.

PERUTTI, Daniela Carolina. Em cada casa, uma carta: políticas públicas e modos de habitar no quilombo Família Magalhães (GO). **Tessituras**, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 46-74, jul./dez. 2018.

LIMA, Grazielle C. D. **Chegar ao Cerrado Mineiro: hospitalidade, política e paixões**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – MN–UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, [2011].

MARCELIN, Louis H. 1996. **L’Invention de la famille afro-américaine: famille, parenté et domesticité parmi les noirs du Recôncavo da Bahia, Brésil**. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social). MN–UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, [1996].

_____. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31–60, 1999.

PERUTTI, Daniela. **Tecer amizade, habitar o deserto**. Uma etnografia do quilombo Família Magalhães (GO). 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, USP, São Paulo, SP, [2015].

_____. Políticas do Território e Territórios da Política em uma família quilombola de Goiás. In: LEAL, Natacha; MARQUES, Ana Claudia Duarte (Org.). **Estudos sobre Família e parentesco**. São Paulo: Gramma, no prelo.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. Acesso em: 5 jul. 2015.

_____. Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation. **Tipití**, v. 2, n. 2, p. 3–23, 2004.

AUTORA

Daniela Carolina Perutti

Doutora em Antropologia Social (Universidade de São Paulo) e pós-doutora em Sociologia (Universidade Federal Fluminense). Atua nas áreas de Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, Territorialidades, Relações familiares e Antropologia da Política. É pesquisadora do Hybris (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades – USP e Ufscar) e do NuAP (Núcleo de Antropologia da Política – Museu Nacional). E-mail: danielaperutti@gmail.com.

Recebido em: 31/03/2018.
Aprovado em: 20/06/2018.
Publicado em: 25/12/2018.